

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AMANDA REIS ROCHA OLIVEIRA

Economia da ajuda privada internacional: as fundações filantrópicas e o financiamento das ONGs de base nas periferias globais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Laerte Apolinário Júnior

São Paulo

2024

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso investiga o impacto da ajuda internacional privada na atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) que operam em territórios vulneráveis, enfatizando a relação entre as ONGs e a filantropia promovida por fundações filantrópicas do Norte Global. Por meio de uma análise crítica da economia da ajuda, o estudo destaca como as lógicas neoliberais e neocoloniais influenciam a atuação das ONGs, levando muitas vezes à priorização das agendas dos doadores em detrimento das necessidades locais. O trabalho explora a evolução do papel do setor privado na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), a lacuna de estudos que abranjam a agência e contexto das entidades e comunidades locais, propondo um olhar de Relações Internacionais sobre a ajuda internacional. Por meio de estudos de caso, examina-se como a concentração de recursos e poder decisório está nas mãos de organismos de países hegemônicos e como as ONGs locais lidam com o desafio de sustentar-se nesse emaranhado. Este estudo visa contribuir para uma compreensão mais crítica das relações entre o Sul e o Norte Global, enfatizando a necessidade de uma abordagem decolonial na CID.

Palavras-chave: ONGs. Filantropia. Doação. Economia da Ajuda.

ABSTRACT

This thesis investigates the impact of international private aid on Non-Governmental Organizations (NGOs) operating in vulnerable territories, with an emphasis on the relationship between NGOs and philanthropy promoted by actors from the Global North. Through a critical analysis of the aid economy, the study highlights how neoliberal and neocolonial logics influence the actions of NGOs, often leading to the prioritization of donors' agendas at the expense of local needs. The work explores the evolution of the private sector's role in development cooperation, the gap in studies that explore the agency and context of local entities and communities, proposing an International Relations perspective on international aid. Through case studies, it examines how the concentration of resources and decision-making power is in the hands of organisms from hegemonic countries and how local NGOs deal with the challenge of sustaining themselves in this entanglement. This study aims to contribute to a more critical understanding of the relations between the Global South and North, emphasizing the need for a decolonial approach in international development cooperation.

Keywords: NGOs. Philanthropy. Donation. Aid Economy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. Ajuda Privada Internacional	7
3. Debate acerca das organizações filantrópicas	13
3.1. Principais características das fundações filantrópicas e sua atuação na América Latina .	13
3.2. Um olhar decolonial sobre circunstâncias violentas: o Caso COMARU e como pensar novas possibilidades	17
4. Estudo de caso de ONGs brasileiras	21
5. CONCLUSÃO	28
6. REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa visa analisar os desafios enfrentados pelas ONGs, que atuam em locais de vulnerabilidade social, como nas periferias globais, a partir de suas relações com o Norte Global, sob a lente da economia da ajuda (BUTHE, MAJOR, SOUZA; 2023). Exploraremos como as lógicas neoliberais e neocoloniais impactam a atuação dessas organizações, moldando agendas, prioridades e estratégias. A pesquisa se concentra em como a dependência de financiamento internacional privado, seja de *grantmakers*, grandes corporações ou instituições filantrópicas tem como consequência a adaptação das ONGs às agendas dos doadores, muitas vezes em detrimento das necessidades locais.

Além disso, examina-se como a concentração de recursos e o poder de decisão nas mãos do Norte Global podem reproduzir e perpetuar as desigualdades existentes. A análise será aprofundada por estudos de caso que destacam as experiências de ONGs em diferentes contextos geográficos e setores de atuação, com foco em organizações de base que atuem em comunidades vulneráveis Latino-Americanas, sobretudo brasileiras. Ao compreender essas dinâmicas complexas, busca-se contribuir para uma visão mais crítica das relações entre o Sul e o Norte Global no âmbito das ONGs e da economia da ajuda.

Diante do crescente envolvimento do setor privado na ajuda internacional, esta pesquisa explora a seguinte questão: como a ajuda privada internacional, especialmente a filantropia promovida por atores privados do Norte Global, impacta as ONGs que operam em territórios vulneráveis e quais são as implicações dessas relações para as agendas de desenvolvimento local? A análise crítica da economia da ajuda e do papel dos atores privados na cooperação internacional torna-se, portanto, essencial para compreender as dinâmicas de poder que moldam essas interações, em busca da construção de novos caminhos.

A significativa lacuna de estudos da economia da ajuda, que valorizem e explorem processos de escuta ativa de ONGs e comunidades locais impactadas pela ação internacional, afirma o frescor e relevância da presente análise. Observa-se que, apesar da crescente literatura sobre o papel das organizações do terceiro setor, grande parte desse conhecimento é fundamentado em entrevistas e dados fornecidos por instituições de pesquisa do terceiro setor, revelando uma carência de estudos acadêmicos, sobretudo latino-americanos e brasileiros, sobre o assunto. Tal cenário evidencia uma oportunidade crítica para a academia contribuir com investigações aprofundadas que não só elucidem as complexidades das relações entre ONGs locais e a ajuda privada internacional, mas também explorem como essas interações afetam o desenvolvimento sustentável e equitativo das comunidades envolvidas. Por fim, a justificativa

deste estudo se fortalece na necessidade de compreender em profundidade essa temática para que sejam apontados novos caminhos, a fim de galgar um futuro melhor em que organizações da sociedade civil impactem progressivamente comunidades locais.

No seguinte trabalho, toma-se como principal ator as Organizações de Base. Busca-se debater o papel da economia da ajuda privada na utilização de tecnologias históricas de política externa para a ascensão de monopólios e hegemonia estadunidenses e europeias sobre países sul-americanos, visto que a preocupação com o desenvolvimento dos recebedores de ajuda é colocada em segundo plano, ante as necessidades destes financiadores públicos e privados.

A partir da análise das leituras bibliográficas escolhidas, busca-se estudos de casos de instituições de base latino-americanas e o impacto do financiamento externo em suas agendas. É central explorar a característica de ausência de escuta às ONGs e comunidades locais na filantropia internacional, a qual proporciona a manutenção de mentalidades *White Savior*, que influenciam negativamente a agência destas instituições. Já que seu caráter emancipatório e de justiça social, revolucionário a suas comunidades, se contradizem a incoerente continuidade dos ciclos de violência e pobreza, que são consequência da escassez de recursos e dependência de outrem ao utilizá-los.

O primeiro capítulo vale-se da reflexão sobre a ajuda privada internacional e seus respectivos atores envolvidos, explorando aspectos históricos, fluxos e debates contemporâneos. Já no segundo, cabe a seguinte tese o aprofundamento de discussões conceituais e teóricas sobre a atuação das ONGs e sua relação com financiadores. Na terceira e conclusiva parte, estudos de caso e entrevistas foram desenvolvidos, a fim de tornar as reflexões tangíveis, propondo a subversão da lógica assistencialista e incentivando o protagonismo de populações marginalizadas e povos minoritários, ao almejar a construção e o desenvolvimento de filantropias decoloniais. (GONÇALVES, 2021)

Esta pesquisa de caráter qualitativo visa uma análise holística do impacto da ajuda privada internacional nas ONGs em territórios vulneráveis. O trabalho se vale de fontes primárias e secundárias para coletar dados quantitativos e qualitativos que subsidiem a análise. As fontes primárias incluem relatórios de atividades e documentos oficiais das ONGs e doadores, além de relatos de atores atuantes nessas organizações, enquanto as fontes secundárias abrangem literatura acadêmica e estudos de caso relevantes. Quanto às entrevistas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes de ONGs selecionadas, permitindo assim aprofundar o entendimento das experiências, percepções e desafios enfrentados por essas organizações no contexto da cooperação internacional.

Capítulo I - Ajuda Privada Internacional

A ajuda externa pode ser interpretada como um *Global Endeavour* (empreendimento global) promovido por países do Norte sobre o Sul Global. O primeiro exemplo histórico da ideia de economia da ajuda foi o Plano Marshall, política de financiamento dos EUA aos países da Europa ocidental, oferecida no período pós Segunda Guerra Mundial. A operação foi muito bem-sucedida: houve um aumento da presença norte-americana nesses países, seja pela instalação de empresas estadunidenses, ou pela inevitável dependência de uma Europa pós-guerra (SOGGE, 2004).

Ainda assim, Inglaterra, França e Itália tinham autonomia para determinar como usariam os recursos recebidos, experiência quase inexistente em relação a países do Sul Global. Sobretudo a América Latina, onde houve tentativas de financiamento similares ao Plano Marshall. Este é o caso da Aliança para o Progresso, que instiga a integração dos países americanos ante a ameaça soviética. No entanto, do ponto de vista do financiamento, o plano não teve destaque, já que a partir de 1966, os EUA concentraram seus recursos na Guerra do Vietnã (SOGGE, 2004).

A partir da década de 60, o fervilhar transfronteiriço de movimentos sociais e de grupos da sociedade civil passam a se estruturar de forma organizacional, com o objetivo de lutar pela garantia de direitos e preencher lacunas deixadas pelo Estado, dando espaço a construção do que se denomina 3º setor (GONÇALVES, 2021). Atualmente, existem cerca de 10 milhões de organizações não governamentais no mundo. (OS NEWSWIRE; 2021). Em 2022 os norte-americanos doaram 499 bilhões de dólares para instituições (DOUBLE THE DONATION, 2022). As ONGs e sua relação com financiadores e demais atores é parte integrante das análises contemporâneas das relações transnacionais, afetando de forma direta e indireta as sociedades mundo afora.

Tomando como eixo temático o papel das ONGs na ajuda internacional e a intenção de abordar as diferentes facetas da ajuda privada internacional, busca-se compreender como atores diversos (organizações não governamentais, instituições filantrópicas e empresas privadas) colaboram em distintas iniciativas. Além disso, pretende-se investigar como essas colaborações impactam as comunidades locais, influenciam as estruturas de poder e contribuem para a formulação de políticas de ajuda. Essa abordagem visa aprofundar a compreensão das implicações teóricas e práticas dessas interações, lançando luz sobre as inter-relações complexas entre as esferas local e global no cenário contemporâneo de cooperação internacional e investimento privado.

A Organização das Nações Unidas (ONU) define as Organizações Não Governamentais (ONGs) como “Qualquer organização internacional que não seja estabelecida por acordo intergovernamental” (ASHMED; POTTER p. 8, 2006). Nesse sentido, essas instituições não podem ter fins lucrativos, advogar pelo uso da violência, ser uma escola, um partido político; e todo e qualquer cuidado a favor dos direitos humanos deve ser estabelecido a todos, e não a grupos específicos, nacionalidades ou países (ASHMED; POTTER, 2006, p.8).

Nesse sentido, é necessário diferenciar aqueles que recebem a ajuda daqueles que a ofertam. Os financiadores distinguem-se entre públicos e privados, os públicos podem ser caracterizados como governos de países que apoiam direta ou indiretamente as instituições receptoras, por meio de programas ou políticas específicas. Já os atores privados, podem ser identificados como entidades vinculadas a grandes empresas, figuras públicas ou grupos familiares. Estes financiadores também são reconhecidos como *grantmakers*, sobre os quais exploraremos a relação com as Organizações de Base ou no inglês *Grassroots NGOs (GINGO's)*. Já as ONGs de base são iniciativas de pequena escala que, em sua maioria, partem de ações voluntárias e que necessariamente atuam para o desenvolvimento de territórios e comunidades específicas (APPE; TELCH, 2019). Vamos explorar, sob a lente da economia da ajuda privada, como *GINGOs* do território latino-americano são intensamente impactados por atores externos.

Segundo Sauveur Pierre Étienne (1997, p. 236): “As ONGs são o ferro da lança das políticas neoliberais que certos governos ocidentais usam para enfraquecer o Estado em países do Sul, trabalhando para reforçar a dependência do país em relação aos grandes países capitalistas”. É imperativo o papel internacional da economia da ajuda que se apresenta, em um primeiro momento, de forma disruptiva e com fins de transformação social, promovida pela sociedade civil e, posteriormente, se incorporam a globalização do capital (SCHULLER, 2007)

Destarte, a ajuda externa privada é instrumentalizada como ferramenta estratégica promotora de interesses de doadores. A filantropia pode ser considerada uma forma de "governar indiretamente", a partir de sua capacidade de influenciar políticas em outros países sem recorrer a meios militares ou econômicos diretos. Ao analisar a história da filantropia internacional, nota-se que esta serviu, inúmeras vezes, como um instrumento de políticas neocoloniais, promovendo os interesses das nações desenvolvidas em detrimento em desenvolvimento. Por isso, a transparência e responsabilidade na prática filantrópica é essencial para além da importância de que o doador compreenda as complexidades das realidades dos países beneficiários, antes e após o oferecimento da ajuda. (BIRN, 2005)

Os novos *Assemblages* ou “arranjos” globais, consistem em um interessante conceito para começar a explorar e debater o papel de instituições privadas como ONGs e Institutos filantrópicos nas Relações Internacionais. O primeiro tipo de *Assemblage* pode ser descrito como uma evolução nas geografias jurídicas, estendendo quadros legais e direitos para além das fronteiras nacionais. Essa transformação reconfigura as capacidades dos estados nacionais e envolve a triangulação de jurisdições transfronteiriças. Nesse contexto, organizações não governamentais (ONGs) e institutos de filantropia desempenham um papel fundamental, operando na lógica transnacional. (SASSEN, 2006)

A Fundação Bill e Melinda Gates é um notável exemplo de uma instituição que transcende fronteiras nacionais ao se engajar em iniciativas globais de saúde e desenvolvimento. Ao investir em projetos em diferentes partes do mundo, essa fundação exemplifica a capacidade das organizações filantrópicas de moldar e influenciar as agendas globais, desafiando as fronteiras tradicionais das geografias jurídicas e políticas. (GATES FOUNDATION, 2023) Essas organizações não apenas expandem o alcance dos quadros legais, mas também colaboram com governos e outras entidades em esforços transnacionais. Sua atuação destaca a diversidade de formas de jurisdições transnacionais, evidenciando uma nova dinâmica na qual a sociedade civil e entidades filantrópicas desempenham papéis significativos na formação de políticas e na promoção de direitos em escalas globais, além das estruturas nacionais convencionais. (SASSEN, 2006)

Na América Latina, as primeiras ONGs foram fundadas na década de 1960, nesse período, a Europa ocidental voltava à disputa pela hegemonia global em um novo perfil de organização da sociedade civil. No Brasil e em todo território latino-americano, os europeus influenciaram diretamente o modelo de organização social. Destarte, o período marcado pelas revoluções social e cultural, proporcionou a transição local de um modelo de filantropia assistencialista cristã para um modelo assistencial cooperativista (ARAGÃO, 2012, p.272).

A atuação de entes privados na cooperação para o desenvolvimento reforça a característica de reprodução de lógicas neocoloniais no Sul Global, no contexto do assistencialismo internacional. O que destaca uma nova camada da hegemonia do centro sobre a periferia, a partir da manutenção da agenda neoliberal, como descreve Aragão no incerto:

“[...] Destaca-se aqui uma etapa mais recente de uma trajetória na qual a cooptação do discurso e da prática da cooperação internacional para o desenvolvimento é aprofundada tanto pela lógica expansionista e monopolista do capitalismo global quanto pelo viés que desloca a esfera de responsabilidade do público governamental para o privado empresarial” (ARAGÃO, 2012, p. 270).

Apesar das recentes discussões acerca dessas instituições, não as vemos presentes nas teorias *mainstream* das RI, já que são bem mais facilmente relacionadas aos estudos de Administração Pública ou Ciências Sociais, sendo assim, são interpretadas como parte da política doméstica, em detrimento da internacional (ASHMED; POTTER p. 8, 2006). É válido esmiuçar os desdobramentos da compreensão das ONGs de base e seus financiadores como atores transnacionais e fazedores de política, no contexto da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Há três pontos cruciais para a compreensão da filantropia internacional privada. Primeiramente, destaca-se a reprodução das tecnologias neocoloniais, na medida em que os escritórios de institutos filantrópicos (de empresas e/ou famílias) e ONGs internacionais localizam-se, majoritariamente, em países do Norte, enquanto atuam em países do Sul Global. Trabalhos desenvolvidos e doações recebidas revertem em empregabilidade de sua população, investimentos em suas sedes e, conseqüentemente, movimentações positivas da economia de seus próprios países. Em segundo lugar, é necessário abandonar pressupostos equivocados ao abordar a filantropia internacional, já que se faz necessário compreender as realidades locais antes de oferecer assistência, e ouvir as respectivas comunidades, às permitindo ser protagonistas de seus processos. Por fim, a filantropia deve ser colocada de forma mais transparente e responsável, na qual os doadores prestem contas por suas ações e as vozes dos beneficiários sejam integradas ao processo decisório (BIRN, 2005).

Mudança nas prioridades políticas do país receptor de ajuda ou do doador podem influenciar instituições a exercer sua influência nos territórios em que está presente. De forma exemplificada, investimentos em infraestrutura que beneficiam predominantemente grandes empresas do norte global em territórios vulneráveis, em que atuam ou extraem recursos só intensifica as desigualdades sociais. Patrocínios que alinham interesses privados com políticas governamentais podem comprometer a integridade da governança democrática. A ausência de expertise especializada pode resultar em estratégias inadequadas e desconectadas das reais necessidades das populações locais. (BUTHE, MAJOR, SOUZA; 2023)

Ademais, apesar das indiscutíveis contribuições positivas das organizações privadas na redução da pobreza global, é imprescindível reconhecer as incertezas e riscos associados à sua crescente influência no cenário da ajuda internacional privada. A atuação e o investimento filantrópico contribuem indiretamente para o agravamento de desigualdades sociais em territórios periféricos, a medida em que desenvolve políticas de adaptação e não de mitigação, fazendo com que ciclos de violência e pobreza continuem sendo perpetuados.

Ao longo das décadas, a filantropia passou a se aproximar de modelos empresariais mercadológicos pautando-se em suas metodologias de trabalho, organizando aspectos como avaliação e monitoramento, os quais passam a mensurar o impacto social como retorno, comparado ao lucro. Assim, desenvolve-se o investimento social privado, como um guarda-chuva da filantropia. (GONÇALVES, 2021, p.10) De forma exemplificada, métodos de gestão como a “Teoria da Mudança”, que abordaremos no próximo capítulo, confirmam essa perspectiva. Na atualidade, os movimentos sociais têm instigado a filantropia a promover uma atuação decolonial, a qual subverte o local hegemônico do financiador, em detrimento das organizações de base comunitária. (GONÇALVES, 2021, p. 10)

As tabelas abaixo foram produzidas a partir de dados extraídos do relatório *Dataset Global Humanitarian Assistance Report 2023* e organizado pelo *Development Initiatives*, uma organização focada na coleta e processamento de dados com ênfase em desigualdades. Os números coletados majoritariamente da OCDE (Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários) são resultantes da distribuição de assistência humanitária internacional de 2022 e relevantes para tornar mais tangíveis as discussões abordadas no capítulo.

First-level recipient organizations	Total (US\$ billion)	% 2021-2022	change
Multilateral organizations	22,8		47%
NGOs	6,5		16,7%
RCRC	2,4		28%
Pooled funds	2,3		4,4%
Other	1,3		13%
Not reported	1,2		-40%
Public sector	0,8		-36%

Fonte: DEVELOPMENT INITIATIVES Global Humanitarian Assistance Report, 2023.

Capítulo 3. Figura 3.1:

O título *First-level recipient organizations*, em português: Organizações beneficiárias de primeiro nível se refere a entidades que vão receber o recurso primeiro e podem, posteriormente, repassá-los a instituições menores. Observa-se que o montante foi recebido majoritariamente por organizações multilaterais, com um crescimento anual de 47%. Interessante destacar que as ONGs vêm logo depois, acompanhadas da RCRC (Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho). Como o 4º número mais relevante, têm-se os *Pooled Funds* (fundos comuns), mecanismos financeiros onde

múltiplos doadores contribuem com recursos para um único fundo gerido por uma entidade administradora, geralmente utilizados para financiar projetos ou atividades específicas (GIVING COMPASS, 2023).

Subsequent recipient (if known)	Total (US\$ billion)
International (UN and INGOs)	3,05
Local/ national NGOs	0,34
Other subsequent recipients	0,11
Unknown	33,8

Fonte: DEVELOPMENT INITIATIVES Global Humanitarian Assistance Report, 2023. Capítulo 3. Figura 3.1:

No entanto, a segunda tabela: “*Subsequent Recipient*” é mais relevante para esta análise e refere-se a receptores subsequentes, isto é, organizações ou entidades que recebem recursos humanitários após uma primeira alocação. Apresenta os valores recebidos pela ONU e demais organizações não governamentais internacionais (ONGIs); organizações nacionais; outros e desconhecidos, respectivamente. Ao comparar o recebimento primário de UR\$6,5 bilhões pelas ONGs ao redor do mundo e, sequencialmente, o valor repassado a organizações de cunho local, nota-se uma queda de 6,16 bilhões de dólares, ou seja, uma diminuição de 94,77%. O investimento, seja público ou privado internacional, está em sua maior parte alocado nas organizações intergovernamentais e transnacionais, enquanto os fundos que atuam diretamente em localidades de guerra e fragilidade social não veem os recursos.

Capítulo II – Debate acerca das organizações filantrópicas

2.1 Principais características das fundações filantrópicas e sua atuação na América Latina

Historicamente, as fundações se destacam como uma das instituições sociais mais antigas, com uma história que remonta a milhares de anos. No entanto, além de sua longevidade, sua expansão nas últimas décadas também é notável, especialmente com o florescimento da filantropia institucional. Suas origens são discutidas, com respostas que variam desde a antiguidade até o século XIX, dependendo da definição e do foco geográfico adotado. (ANHEIER; LEAT, 2013, p. 449). No final do século XX, observou-se um aumento no número de fundações, na quantidade de ativos que elas detinham e na diversidade de países onde operavam. Nos Estados Unidos, mais de 75.500 fundações possuíam capital de \$565 bilhões, enquanto no Canadá, 9.987 fundações detinham 36,2 bilhões de dólares canadenses. Na Europa, houve um crescimento acentuado no seu número, com 110.000 sendo criadas nas últimas duas décadas do século XX (ANHEIER; LEAT, 2013, p. 449).

Etimologicamente, filantropia é a junção das expressões gregas (*philos*) amor e *anthropos* (ser humano), que, numa tradução livre, pode-se considerar “amor pela humanidade”. A palavra filantropia foi cunhada pelo imperador romano Flávio Cláudio Juliano, nos idos dos anos 300 d.C., na tentativa de restaurar o paganismo como a religião oficial romana, uma vez que a igreja católica já disseminava o cristianismo exercia, entre os princípios da religião, a caridade. (GONÇALVES, 2021, p. 12)

A filantropia e o terceiro setor carregam diferentes origens ao redor do Globo. O Brasil e demais países latino-americanos como Peru, Chile, Argentina e Colômbia compartilham um passado colonial e religioso em comum, por isso possuem as mesmas cargas simbólicas para ambos os conceitos. No Ocidente, a igreja católica foi o primeiro ator a fundar institutos e associações de caridade, a partir de suas ordens e irmandades. Por séculos, se constituiu como o principal braço da sociedade civil no assistencialismo, sendo a grande responsável pelo fornecimento de ajuda humanitária em escopos como saúde e educação em territórios colonizados, cobrindo a expressiva ausência das metrópoles, no período colonial, e ainda do Estado nas repúblicas (LANDIM; THOMPSON, 1997).

Nesse sentido, nos anos 80 e 90, após ondas de períodos ditatoriais nesses países, a redemocratização e a hegemonia norte-americana neoliberal provocaram a retração do Estado e privatização de empresas e serviços públicos. O que dá espaço ao crescimento de organizações que surgiram no período autoritário, para além da pressão de organismos internacionais

multilaterais para que os Estados as incorporassem como parte de suas agendas de políticas públicas, representando um momento de *boom* do terceiro setor e do seu fortalecimento. (LANDIM; THOMPSON, 1997)

A história regional dessas instituições é fundamental para a compreensão do seu perfil e escopo atual. A Igreja como principal ator do terceiro setor revela a intensa presença de instituições religiosas na atualidade que trabalham com diferentes causas e, ainda, a característica mais notável em grande parte das instituições: bases e financiadores de países estrangeiros, de forma unânime, da Europa e dos EUA. Atualmente Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru possuem 1.073 ONGs fundadas no Reino Unido, dessas, 691 trabalham com subsídio e doações financeiras (*grants*). Dentre suas 5 principais atividades estão: educação e treinamento; combate à pobreza; caridade em geral; saúde e atividades religiosas, com mais de 208 instituições (NGO EXPLORER, 2024).

As ONGs e demais instituições da sociedade civil latino-americanas apresentam algumas características em comum como prioridade ao respeito dos direitos humanos, consciência sobre ecologia e desenvolvimento, *advocacy* por direitos das minorias e surgimento em períodos ditatoriais; elas pensam globalmente e agem localmente. Em grande parte, foram fundadas por estrangeiros e criaram conexões com organismos da sociedade civil em outras partes do mundo. (LANDIM; THOMPSON, 1997)

Este breve panorama nos possibilita olhar para o debate sobre filantropia na atualidade sob a lente regional e compreender como os financiadores impactam comunidades locais, segundo suas características e contextos próprios. Enquanto parte dos autores apoiam a presença desses atores no panorama internacional como fundamentais para o suporte e desenvolvimento a diferentes sociedades, por outro lado, a literatura compreende os financiadores privados como monopolizadores de políticas que seriam responsabilidade do Estado, à vista de seus próprios interesses econômicos e políticos. A seguinte análise se propõe a ir além e discutir sobre quais Estados têm tido suas políticas públicas influenciadas por esses *grantmakers* e até que ponto suas abordagens têm sido efetivas para apoiar seus *grant-seekers*.

Na contemporaneidade vive-se “a terceira onda das organizações não governamentais”, definida como a “semiprivatização” de responsabilidade do Estado, agindo em municípios e comunidades locais como uma espécie de prestadora de serviços, já que a promoção do bem-estar, educação e cultura exclusivamente pelos governos viola a ideologia neoliberal de ação limitada do Estado. Enquanto isso, as empresas incorporam os institutos filantrópicos como parte de suas estratégias de mercado. A explicação mais comum para a existência de fundações

filantrópicas está na provisão de fontes de inovação, redistribuição e mudança de política para além dos dois atores citados (HELMUT; TOEPLER, 1999).

Os autores Matthew Bishop e Michael Green exploram o conceito de *Philanthrocapitalism* (filantropo capitalismo), um modelo onde os ricos usam seus recursos financeiros, habilidades empresariais e abordagens de mercado para resolver problemas sociais e ambientais globais. Eles defendem que esses filantropos, como Bill Gates e Warren Buffett, podem trazer inovações e eficiências do setor privado para o setor filantrópico, aplicando modelos de negócios para alcançar resultados sociais sustentáveis e mensuráveis (BISHOP; GREEN, 2009).

Segundo Michael Edwards “Philanthrocapitalism is symptomatic of an unequal world, not a proven cure for poverty” (EIKENBERRY, 2011, p.636). O autor argumenta que, embora as instituições filantrópicas possuam um papel relevante no contexto mundial, seu empenho é incapaz de combater as raízes da injustiça social. Em outras palavras, seu principal objetivo de combate às desigualdades sociais torna-se falho, já que se origina em corporações responsáveis por promover e manter essas estruturas de desigualdade capitalistas e jamais irão atuar de forma disruptiva (EDWARDS; 2008).

As fundações filantrópicas são frequentemente estabelecidas por elites econômicas que utilizam essas estruturas para perpetuar sua influência sobre políticas públicas e sociais. Essas instituições têm se mostrado ferramentas eficazes na manutenção do controle social e econômico, atuando sob a égide do altruísmo enquanto servem, em muitos casos, aos interesses particulares de seus fundadores. Este paradoxo entre o ideal filantrópico e a prática efetiva revela uma complexidade que afeta diretamente a autonomia e as prioridades das ONGs financiadas por essas fundações, as quais podem se ver obrigadas a alinhar suas operações e missões às agendas de seus financiadores, comprometendo assim suas iniciativas originais e a atenção às necessidades locais (ANHEIER; LEAT, 2013).

Além disso, a dependência financeira das ONGs em relação às fundações filantrópicas implica uma série de desafios, principalmente no que tange à sustentabilidade e à independência de longo prazo dessas organizações. O financiamento externo, embora crucial, pode levar a uma priorização de agendas externas que não necessariamente refletem as necessidades ou os desejos das comunidades atendidas. Essa situação coloca em risco a capacidade das ONGs de responder de maneira eficaz e autônoma às crises e às demandas emergentes, transformando-as, em alguns casos, em meros executores das políticas e desejos de entidades distantes e descoladas das realidades locais (ANHEIER; LEAT, 2013).

A interferência dos doadores no financiamento é um grande impasse para a tentativa de mudanças sistêmicas e a atuação social. Segundo um estudo da Ashoka, mudanças sistêmicas precisam de, ao menos, 5 anos de financiamento para alcançar objetivos desejáveis. Além disso, os financiadores impõem muitas restrições em relação ao uso do capital e desencorajam o uso de novas e diferentes abordagens. 72% das organizações participantes da pesquisa relataram receber menos de 25% de financiamento sem restrições, já 87% apontaram ter que adaptar suas iniciativas para atender ao requisito dos financiadores. Destes, 43% disseram ter que fazer grandes mudanças (INSTITUTO BEJA; OXYGEN, 2023).

As fundações filantrópicas têm desempenhado papéis cruciais, por vezes controversos, no suporte a movimentos sociais e causas políticas. Um exemplo notável é o apoio substancial da Fundação Ford e outras à luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Essas fundações não apenas proporcionaram recursos financeiros, mas também legitimaram o movimento, influenciando a política pública e a percepção social sobre questões raciais. (ANHEIER; LEAT, 2013).

Outro caso significativo ocorreu durante o regime do apartheid na África do Sul, onde fundações dos EUA, Holanda e Escandinávia desempenharam um papel fundamental no apoio ao movimento antiapartheid. Embora esse apoio tenha sido crucial para o sucesso do movimento, ele também levanta questões sobre a influência externa nas políticas internas e nas dinâmicas de poder local. Estes exemplos ilustram como as fundações, apesar de sua capacidade de apoiar causas cruciais, podem agir de forma neocolonialista, ao impor agendas e expectativas externas que nem sempre se alinham às necessidades e desejos das comunidades locais. (ANHEIER; LEAT, 2013).

Esses casos destacam a dualidade das fundações filantrópicas em sua relação com as ONGs e movimentos sociais. Por um lado, elas oferecem recursos indispensáveis que ampliam a capacidade de ação dessas organizações. Por outro, podem criar dependências e moldar agendas locais de acordo com visões e objetivos estrangeiros, o que reforça a necessidade de uma análise crítica e decolonial sobre a influência das fundações na cooperação internacional para o desenvolvimento.

Jung, Harrow e Leat (2018) complementam e expandem as discussões introduzidas por Anheier e Leat (2013) com um estudo que propõe um quadro integrativo para classificar as fundações filantrópicas, abordando características contextuais, organizacionais e estratégicas das fundações. Os autores destacam a necessidade de uma compreensão mais robusta das fundações e avançam ao oferecer um método sistemático para diferenciar seus tipos, facilitando

uma análise comparativa mais precisa e evitando generalizações que possam obscurecer as variações significativas entre as tais.

Os diferentes contextos operacionais do terceiro setor abrange 6 visões sobre o papel e objetivo das fundações, sendo divididas entre: modelo social-democrata; controlada pelo estado; corporativa; liberal; negócios e periféricas: as fundações são insignificantes embora valham a pena caso se evite desafiar o status quo. De forma contraditório, o conceito de Teoria da Mudança, isto é, caminhos para alcançar transformações sistêmicas desejadas; possuiu como uma de suas principais características a busca por justiça social e a compreensão de que as mudanças ocorrem de “baixo para cima” (no inglês *bottom up*), ou seja, da base ao topo da pirâmide (JUNG; HARROW; LEAT, 2018).

2.2 Um olhar decolonial sobre circunstâncias violentas: o Caso COMARU e como pensar novas possibilidades

O Consejo Machiguenga del Río Urubamba (COMARU) é uma organização não governamental indígena localizada na Amazônia peruana, considerada a principal representante da família linguística Machiguenga. Fundado em 1984, o COMARU surgiu como uma resposta à necessidade de proteger seus territórios e recursos naturais das ameaças da exploração de gás natural por empresas multinacionais.

Destarte, representa grupos filiados nacional e internacionalmente, como liderança na garantia da educação, justiça e manutenção das tradições locais. Sua criação teve apoio do grupo missionário cristão *Dominican Mission*, o qual geria a educação regional, dada a presença mínima do Estado e o difícil acesso às reservas. Ademais, não possuíam energia elétrica pública e contavam com seus próprios geradores e painéis solares, além da água potável que vinha do rio (cada vez mais poluído).

O conselho atua em uma região rica em biodiversidade e reservas de gás natural e lida, de modo constante, com atores externos na região, incluindo ONGs internacionais, federais e corporações. Na contemporaneidade, agrupa 34 comunidades nativas que vivem próximas às margens do rio Urubamba (AIDSESEP, 2024), tendo $\frac{2}{3}$ de seu território (Reserva Territorial Kugapakori, Nahua e Nanti) invadidos pelo “Projeto Camisea” (REPSOL, 2024). A exploração de gás na região de Camisea trouxe impactos significativos para as comunidades Machiguenga. Embora alguns benefícios, como empregabilidade e infraestrutura, tenham sido prometidos, a realidade incluiu riscos ambientais e sociais. Vazamentos de gás e a disseminação de doenças são algumas das consequências negativas enfrentadas.

Nesse sentido, o COMARU passou a adotar estratégias de protesto para defender os direitos de suas comunidades. Inicialmente focada na regularização de terras e na resposta a invasões das corporações, a organização passou a usar táticas de movimento social, como marchas de protesto e bloqueios, para enfrentar a exploração de gás no projeto Camisea¹. Estas atividades foram pensadas para aumentar a visibilidade das violências sofridas e pressionar empresas e o governo à negociação, em um processo de luta por autonomia e proteção de direitos territoriais (EARLE; PRATT, 2009).

Ademais, sua relação com ONG internacionais, que atuam na Amazônia Peruana fornecendo ajuda às entidades locais (seja por financiamentos diretos, repasse de recursos ou desenvolvimento de ações conjuntas) é um exemplo empírico das discussões teóricas apresentadas no presente capítulo e foi escolhido como estudo de caso a ser explorado. Essa dinâmica cria empasses em que o COMARU tenta equilibrar a necessidade de apoio externo com a tentativa de preservação de sua independência e de seus interesses.

Segundo Earle e Pratt (2009), desde sua fundação, o COMARU recebeu doações do OXFAM. Parte dos fundos foram utilizados para a criação de sua primeira sede, a Casa Machiguenga. Entre 1999 e 2009, a quantidade de investimentos recebidos pela organização aumentou progressivamente, no entanto, os recursos não eram suficientes para abarcar programas ou projetos específicos e apenas cobriam custos operacionais da organização.

Enquanto entre 2004 e 2005 a organização recebeu 45.000 dólares para projetos e custos gerais, em 2003 havia recebido mais de US\$100.000 do consórcio de energia PlusPetrol para ampliação da Casa Machiguenga e bolsas de estudos para estudantes universitários. Em 2005, após negociações, a COMARU recebeu uma segunda doação de US\$70.000 do consórcio petrolífero para custos operacionais (EARLE; PRATT, 2009).

A relação contraditória entre a ONG e as empresas presentes na região, ora financiadoras, ora responsáveis pela invasão de suas terras e devastação natural, denunciam a triste relação de dependência e fragilidade desses grupos a entes internacionais (chamados de colonos pelos próprios locais, segundo Earl e Pratt). Já que, ao mesmo tempo que denunciam e rechaçam a operação dessas corporações, necessitam de todo recurso financeiro e não financeiro que puderem obter, dado o descaso e a cegueira deliberada do governo peruano com

¹ O Projeto Camisea é um dos maiores empreendimentos de energia no Peru, localizado na bacia do rio Urubamba, na Amazônia peruana. Iniciado em 2004, o projeto envolve a extração e processamento de gás natural, com a construção de dutos que atravessam os Andes até a costa do Pacífico para distribuição. Operado por um consórcio internacional liderado pela Pluspetrol, o projeto tem enfrentado críticas devido aos impactos ambientais e sociais, incluindo a degradação de habitats, poluição e desestabilização das comunidades indígenas locais. Apesar das controvérsias, o projeto é central para a economia peruana, gerando receitas significativas e fornecendo gás natural para grande parte do país (WORLD RAINFOREST MOVIMENT, 2024).

a região. Neste sentido, não só as empresas, mas as próprias ONGs internacionais operaram de forma prejudicial às comunidades, enfrentando a constante ameaça de cooptação.

“The magazine Voz Indígena categorized environmentalist NGOs in the same group as missionaries and tour companies, all of which are working against the interests of indigenous people. Further suggests that they are linked to the interests of bioprospecting” (EARLE; PRATT, p.17, 2009); *Bioprospecting* ou bioprospectar significa “conjunto de estratégias que visam explorar a biodiversidade de forma racional, para fins comerciais” (Nexo Jornal, 2020). Em junho de 2004 a AIDSESEP (Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana) denunciou ONGs conservacionistas, como a World Wild Fund (WWF) e a Conservation Internacional pela tentativa de criação de áreas de preservação e parques em terras indígenas no Alto Purús. Além de terem sido acusadas de tentar aumentar seu controle sobre os territórios e de ajudar seus financiadores em planos de exploração de recursos naturais na Amazônia (EARLE; PRATT, p.17, 2009).

Não foram encontrados relatórios ou demais documentos atuais que comprovem a continuidade do financiamento (ou demais formas de apoio) da OXFAM ou do Consórcio PlusPetrol. De acordo com site oficial do COMARU, as atividades com suporte de organizações parceiras mais recentes executadas pela organização (entre 2015 e 2019) estão divididas em 4 subprojetos, sendo eles: Promovendo Princípios Orientadores dos Povos Indígenas, Melhoramento das Capacidades na Produção e Criação de Peixes Amazônicos, Melhoramento do Processo Produtivo de Alevinos em Piscigranjas para a Segurança Alimentar das Famílias e Fortalecendo a Vigilância Indígena (2024, tradução nossa). Tais programas contam com financiamento direto da União Europeia e do Banco Mundial, enquanto dois deles recebem suporte técnico e administrativo da WWF (COMARU, 2024).

A discussão de literatura, bem como o estudo de caso escolhido, indica que há uma necessidade fundamental de ouvir atores marginais, receptores da ajuda. Apesar deste discurso estar ativamente presente na atual narrativa do setor, sua atuação efetiva acontece de forma pouco expressiva. Nesse sentido, o cenário frágil de ONGs latinas é um terreno fértil a financiadores que promovem violências com populações periféricas, sobretudo racializadas.

"Decolonizing Wealth: Indigenous Wisdom to Heal Divides and Restore Balance" de Edgar Villanueva (2018) propõe uma abordagem transformadora para a filantropia, enfatizando a necessidade de cura e reparação em resposta aos danos causados por práticas coloniais e desigualdades sistêmicas perpetuadas através das gerações. O autor é um ativista indígena norte-americano. Iniciou a sua tese a partir da indignação que sentia ao trabalhar por quase 20

anos assessorando fundações e raramente ver a presença de pessoas negras e indígenas nesses espaços, mesmo quando estas eram os alvos dos programas oferecidos.

O pensamento crítico latino-americano, sobretudo indígena, têm discutido amplamente o conceito de "colonialidade do saber", o qual se refere ao domínio e à imposição de padrões de conhecimento eurocêntricos sobre culturas não ocidentais, muitas vezes desvalorizando e marginalizando os saberes locais e indígenas. (FERNÁNDEZ; SEPÚLVEDA, 2014) Esta perspectiva pode ajudar a compreender a falta de diálogo e escuta entre organizações internacionais e de área. Nesse sentido, embora as organizações receptoras da ajuda sejam as mais antigas, os mais recentes estudos acadêmicos têm se voltado às instituições doadoras, já que as primeiras têm seu impacto e funções subestimadas (JUNG; HARROW; LEAT, 2018). O que demonstra a invisibilidade da própria literatura quanto a compreensão crítica desses organismos marginais.

A colonialidade do saber é um conceito desenvolvido pela teoria da decolonialidade, que expõe não somente a usurpação de territórios pelo colonialismo, mas também formas de saber, promovendo uma visão de mundo que privilegia o conhecimento ocidental e subordina outras epistemologias. A decolonialidade do saber busca reconhecer e valorizar esses conhecimentos marginalizados, propondo um diálogo mais equitativo entre diferentes formas de conhecimento (FERNÁNDEZ; SEPÚLVEDA, 2014). Nesse sentido, a conexão da filantropia com princípios indígenas de reciprocidade e equidade, a partir do direcionamento de recursos para a promoção da justiça e do equilíbrio deve ser almejada. Villanueva oferece caminhos a esta problemática que se alinham à abordagem decolonial.

O autor sugere a filantropia como instrumento de cura, propondo a descolonização das riquezas, a partir da redistribuição dos recursos, para que sejam utilizados para reparar danos históricos e restaurar as relações entre pessoas brancas e racializadas; financiador e receptor da ajuda. Isso envolve reconhecer e dismantelar as hierarquias de poder que definem o campo filantrópico tradicional. Portanto, não se faz necessário apenas oferecer recursos, mas também facilitar processos que permitam às comunidades definirem suas próprias trajetórias de desenvolvimento e reestruturação.

A ideia de uma filantropia decolonial advoga pela reformulação radical da economia da ajuda privada para que ela possa agir efetivamente como um instrumento de justiça social e reparação. Já que, de modo convencional, perpetua ciclos de dependência e desempoderamento das comunidades que pretende ajudar (VILLANUEVA, 2021).

Capítulo III – Estudo de caso de ONGs brasileiras

De acordo com o senso GIFE 2022-2023, no ano de 2022 foram investidos no Brasil 4,8 bilhões de reais em organizações da sociedade civil, por investidores sociais privados (participantes do senso). Ademais, apenas 3% destes recursos advinham de fontes internacionais (Sendo GIFE, 2023). De modo contraditório, uma pesquisa de 2021 (conduzida pela Iniciativa PIPA) denunciou que 90% dos coletivos, movimentos e organizações de base periférica possuem barreiras para acessar financiamento e $\frac{1}{3}$ dessas gerem menos de 5 mil reais ao ano (PIPA, 2022). Nesse viés, a Iniciativa PIPA conceitua periferias como:

Territórios localizados em áreas urbanas e rurais marcadas por desigualdades socioeconômicas e violações de diversos direitos e acessos. Elas são chamadas de maneiras diferentes em várias regiões do Brasil, refletindo as nuances linguísticas e culturais do país. Favelas, periferia, bairros populares, comunidades, vilas são alguns dos termos usados pelo país. Mas uma grande marca do que chamamos periferias é a escassez de recursos filantrópicos e sociais privados (PIPA, 2024).

O terceiro e último capítulo deste trabalho é focado em entrevistas com ONGs de base periférica brasileiras. Explora-se as interações entre duas dessas instituições e seus financiadores internacionais, destacando os desdobramentos que surgem dessas relações. As conversas foram realizadas com os representantes Lia Tsukumo, diretora executiva da Associação Vaga Lume, a qual tem o objetivo de promover a leitura e a gestão de bibliotecas comunitárias como espaço para compartilhar saberes (VAGALUME, 2024); e Fabricio Freitas, diretor de recursos do Instituto Procomum, focado no fortalecimento de pessoas e organizações, na articulação de comunidades e redes, a fim de colaborar para a promoção da transição para um mundo comum entre os diferentes (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2024).

As conversas fornecem excelentes reflexões e *insights* sobre como navegar na dinâmica do financiamento internacional. Nesse sentido, essas ONG 's foram convidadas a participar das entrevistas pelas suas complexas e muito bem consolidadas relações com financiadores internacionais, que se destacam como fonte de captação de recursos desde seus primeiros anos de atuação. A Vagalume possui profundas relações com filantropos externos, inclusive indivíduos com grande repercussão mundial, enquanto a Procomum tem na sua história de formação intrínseca relação com fundações filantrópicas internacionais de atuação tradicional. As entrevistas aconteceram de forma estruturada e semiestruturada,

respectivamente, a partir de sete perguntas específicas, desenvolvidas pela pesquisadora. Estas são:

1. A organização recebe apoio financeiro ou de outra natureza de entidades do setor privado, incluindo ajuda internacional (de empresas, institutos filantrópicos e/ou de outras ONGs)? Como isso afeta o trabalho desenvolvido?
2. Como a ONG se aproxima e estabelece parcerias para receber ajuda financeira internacional, principalmente de doadores privados?
3. Quais processos sua organização já realizou para arrecadar fundos de instituições privadas internacionais? (Seja participação em editais, criação de projetos específicos, participação em eventos e workshops, por exemplo).
4. Como o instituto lida com a chegada desses recursos e como faz sua utilização, de modo geral?
5. Como a ONG busca manter a autonomia na definição de suas agendas e projetos diante do financiamento externo?
6. Como a sua organização busca diversificar suas fontes de financiamento para garantir a continuidade e a integridade de seus projetos?
7. Em sua opinião, como as relações de ajuda financeira internacional poderiam ser melhoradas para apoiar de forma mais eficaz o desenvolvimento autônomo das ONGs e das comunidades locais?

A Associação Vaga Lume, fundada em 2001, tem como missão empoderar crianças e jovens de comunidades rurais da Amazônia por meio da promoção da leitura e da gestão de bibliotecas comunitárias. A organização atua em 22 municípios da Amazônia Legal, com 95 bibliotecas comunitárias e mais de 5.000 mediadores de leitura formados. A organização tem se destacado no cenário nacional, sendo eleita a Melhor ONG de Educação do Brasil em 2018, 2022 e 2023 (VAGA LUME, 2023).

A Vaga Lume exemplifica a importância das conexões locais e internacionais para a sustentabilidade das ONGs de base na América Latina. A organização recebe apoio financeiro e material de entidades do setor privado internacional, como empresas, ONGs e institutos filantrópicos. Esse apoio é crucial para diversificar as fontes de receita e garantir a continuidade e expansão das suas atividades. Um exemplo notável é a doação de 9,7 milhões de dólares

realizada pela filantropa norte-americana Mackenzie Scott², que permitiu a criação de um tipo de fundo de sustentabilidade para a organização, chamado *endowment*³(TSUKUMO, 2024).

Como abordado no capítulo anterior, a imposição dos *grantmakers* de agendas a serem trabalhadas, pode levar ONGs a priorizar aquelas que não refletem as necessidades das comunidades que atendem. Na prática, a Vaga Lume mitiga esses riscos através de uma cuidadosa seleção de parcerias, garantindo que os projetos financiados estejam alinhados com sua missão, valores e planejamento estratégico. Segundo Lia Tsukumo, "é fundamental que o recurso captado esteja de acordo com o estatuto da organização, com a missão e valores, com o planejamento estratégico e com os guias de ética e proteção". Assim, a organização deixa as limitações da relação com financiadores bem estabelecida e não se submete a acordos pouco benéficos ou prejudiciais.

Ademais, a Vaga Lume faz parte de um programa da empresa de tecnologia HP, o *Digital Equity Accelerator*⁴, o qual apoia iniciativas que trabalham para promover a inclusão digital. Sua participação resultou em recursos financeiros livres e equipamentos que melhoram as condições de trabalho da equipe e dos voluntários. A busca ativa por novas oportunidades de financiamento é um esforço contínuo, liderado pela equipe de Relações Institucionais da ONG, que se dedica ao mapeamento de *grants* e parcerias que se alinhem com o perfil e as necessidades da organização (TSUKUMO, 2024). Tsukumo explica que "o edital é a principal forma de mapeamento de oportunidades de captação internacional com instituições privadas. Outra forma, é a aproximação com empresas que têm atuação no Brasil, mas são de capilaridade internacional".

Em relação a pergunta sobre busca por autonomia na definição de agendas e projetos, a Vaga Lume tem como estratégia a busca constante por novas oportunidades de parceria, patrocínio e negociações contratuais. Recursos livres, como aqueles provenientes de doações

² MacKenzie Scott é uma filantropa norte-americana, ex-esposa de Jeff Bezos (fundador da Amazon) e detém 4% das ações da empresa. Desde seu divórcio, Scott tem doado bilhões para causas sociais. Em 2024, ela já doou \$640 milhões para 361 ONGs, incluindo várias brasileiras, através de um processo de chamada aberta, visando apoiar organizações comunitárias e grupos que enfrentam discriminação e obstáculos sistêmicos (STIFFLER, 2024).

³ Os *endowments* consistem na reunião de um patrimônio que deve servir de fonte de recursos previsíveis e perenes para uma causa específica e proporcionam uma base financeira estável que facilita investimentos em inovação e desenvolvimento institucional (IDIS, 2024).

⁴ O programa oferece subsídios de USD 100.000, tecnologia da HP e um programa virtual de seis meses com treinamento, mentoria e consultas técnicas, visando fortalecer a capacidade das ONGs e ampliar o impacto da equidade digital (HP, 2024).

não vinculadas a projetos específicos, são utilizados conforme as necessidades identificadas no planejamento estratégico. Tsukumo destaca que:

"A primeira etapa após a aprovação e conclusão das negociações é verificar as instruções para que possamos utilizar da melhor forma os recursos e acompanhar as entregas para posterior prestação de contas. Algumas iniciativas contam com direcionamentos específicos para o uso do dinheiro, o que limita a aplicação dos recursos."

A morosidade dos processos de doação e a necessidade de que parte das doações sejam utilizadas de formas específicas limitam a forma como as ONGs podem utilizar esses recursos. Muitas vezes, as empresas e institutos filantrópicos preferem financiar projetos que mostram resultados diretos e imediatos, mas raramente destinam fundos para a manutenção da estrutura operacional das organizações. O financiamento irrestrito é muito positivo, pois permite que a ONG invista em áreas essenciais para seu funcionamento contínuo e sustentável, sem a imposição de desenvolver projetos específicos apenas para garantir o recebimento dos recursos. Como Tsukumo afirma:

"As doações de recursos internacionais, acredito que em função de uma cultura de doação mais estabelecida, têm seguido uma linha que libera as organizações de prestações de contas muito extensas e recursos destinados apenas à execução do projeto. Essa iniciativa é um caminho que busca promover a autonomia, autogestão e desenvolvimento institucional de organizações, desta maneira, conseguimos investir os recursos em áreas que os financiadores nacionais geralmente optam por não contribuir" (TSUKUMO, 2024).

A abundância de recursos e relações de financiamento bem-sucedidas da Vaga Lume destacam não apenas sua consciência da importância de receber recursos *bottom up*, que mantêm sua liberdade de agência, mas também a atenção dos financiadores com um alinhamento a essa reconstrução de mentalidade. A qual transborda às recentes discussões e preocupações levantadas pelo próprio setor e pela literatura.

O Instituto Procomum é uma organização de base comunitária dedicada a promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social nas periferias urbanas, atuando especificamente na Região Metropolitana da Baixada Santista, com sede na cidade de Santos-SP. Fundado em 2016, com o apoio inicial da Ford Foundation⁵, o instituto se destaca por sua abordagem

⁵ A Ford Foundation atua no Brasil desde a década de 1960, focando em promover a justiça social e os direitos humanos. Tem investido em organizações da sociedade civil que trabalham em áreas como direitos indígenas, justiça racial, equidade de gênero e participação política. A fundação também apoia projetos voltados para a inclusão social e econômica de comunidades marginalizadas. (FORD FOUNDATION, 2024).

colaborativa, que inclui a criação de escolas e laboratórios de impacto social. Através de parcerias com entidades como o Conselho Britânico ⁶e a Porticus⁷, desenvolveu projetos focados em empreendedorismo social, arte e cultura (INSTITUTO PROCOMUM, 2024).

O Instituto apoia e financia indivíduos, projetos, comunidades e outras instituições sociais, com foco em grupos minoritários, artísticos e nas comunidades locais. Seus temas prioritários incluem arte, cultura, alternativas econômicas e combate à crise climática. A organização promove a colaboração e a inovação social, buscando transformar a sociedade através da ação política e comunitária. Articula redes e comunidades, incentivando o desenvolvimento de soluções criativas e sustentáveis para os desafios sociais e ambientais. Além disso, o Procomum faz parte da Aliança Territorial, uma rede de organizações que atua em várias regiões do Brasil, ampliando o alcance de suas iniciativas e reforçando seu compromisso com uma filantropia transformadora e inclusiva (INSTITUTO PROCOMUM, 2024).

O apoio financeiro internacional privado recebido pelo Instituto Procomum tem sido crucial para a organização, especialmente o suporte da Ford Foundation, que tem uma longa história de atuação no terceiro setor brasileiro. Fabrício Freitas destacou a flexibilidade proporcionada pela Ford em comparação com outras fundações, permitindo um diálogo aberto e confortável sobre as necessidades e desafios enfrentados pela organização. Segundo Freitas: “Com a Ford, foi um lugar muito mais aberto e confortável para dialogar com aquilo que estava inquietando as pessoas e de realizar o desafio de fazer o dinheiro chegar nessas pessoas para criar soluções. Pensar novos imaginários”. Além disso, Fabrício ressaltou como essa parceria tem desafiado o setor filantrópico tradicional:

O Procomum, junto com a Ford, tem uma construção que foi se desafiando a tensionar um pouco o setor. Por exemplo, eu vou dar dinheiro para uma mãe preta, mãe solo em uma periferia, ela não vai ter uma nota fiscal para me dar, entendeu? E para mim é muito cruel colocar ela nesse lugar. Se ela não entendeu que isso é uma necessidade, mesmo sendo empreendedora ou não (FREITAS, 2024).

A partir de suas ações nas cidades da Baixada Santista, acessa periferias e propõe ações para indivíduos e grupos vulneráveis. Fabrício Freitas enfatiza a importância das organizações

⁶ O Conselho Britânico é uma organização pública do Reino Unido, com atuação internacional. Fundado em 1934, promove a cooperação cultural, o intercâmbio educacional e o desenvolvimento de habilidades, por intermédio de programas e parcerias, apoia o ensino da língua inglesa, a educação superior e as artes, buscando promover a cooperação entre o Reino Unido e outros atores (BRITISH COUNCIL, 2024).

⁷ Porticus é uma organização filantrópica global que apoia iniciativas e projetos voltados para a promoção da justiça social, educação, saúde e sustentabilidade. Fundada pela família Brenninkmeijer, a Porticus trabalha em colaboração com ONGs, instituições acadêmicas e outras entidades para promover mudanças positivas em comunidades ao redor do mundo (PORTICUS, 2024).

intermediárias, como o Procomum, na mediação de diálogos entre financiadores e comunidades locais. Ele afirma que “por mais que o Instituto fique aqui, principalmente numa área periférica do Porto, na cidade de Santos, a gente também começou a acessar outras periferias e outros lugares” (FREITAS, 2024).

Freitas também questiona a forma como a economia da ajuda quer apontar quais devem ser as causas de preocupação central e, portanto, deveriam receber mais investimento. Nessa lógica, argumenta que populações periféricas são as primeiras atingidas pelas catástrofes e guerras e a sofrer com temas que, só posteriormente, tornam-se de preocupações globais, como é o caso das mudanças climáticas.

Quem tem que falar o que é urgente? [...] Aqui dentro do território, mudanças climáticas já são importantes há muito tempo, entendeu? O processo de democratização e de letramento racial são superimportantes para esse processo de mudanças climáticas” (FREITAS, 2024).

Ademais, o entrevistado faz uma crítica a termos que destacam o modelo de atuação embranquecido e neoliberal da ajuda privada e traz luz a lentes mais humanizadas: “Quando a organização chama de impacto social, para mim, estou propondo solução e impacto social é só um termo limitado. Porque estou trazendo proposições para problemas reais de pessoas reais” (FREITAS, 2024). Termos como “avaliação de impacto social” advém do setor empresarial, que importa modelos de operação para o terceiro setor, que visam o lucro e estão focados em resultados, métodos e metas desumanizantes.

Em relação ao questionamento final apontado pela entrevista, sobre caminhos para a melhora da relação entre financiadores e financiados, Freitas sugere que as ONGs de base devem ter voz ativa no processo de distribuição de capital. Ele destaca a importância de produzir conhecimento, discutir narrativas e ocupar espaços, onde pessoas que recebem a ajuda (majoritariamente não brancas e de baixa renda) contem suas histórias, de forma a encurtar as distâncias na troca de conhecimento e garantir que os recursos cheguem de forma adequada àqueles que necessitam. (FREITAS, 2024)

Vamos entender em camadas. Uma mulher negra na periferia, fazendo um trabalho territorial, na comunidade promove impacto social, com menos de um salário-mínimo (que ela não tem nem para si). Então, será mesmo que a gente está destinando dinheiro de forma inteligente? Será que as organizações de fundações internacionais, principalmente do Norte Global, entendem que precisam fazer esse dinheiro chegar nessas mulheres? Na roda dos recursos, elas não têm. Elas não são as donas da riqueza, elas são sempre as beneficiárias. E como a gente começa a tentar inverter essa história? Tem diversos jeitos de fazer e de disputar, precisamos estar ambientados a esses espaços e colocar outras pessoas no poder dessas organizações (FREITAS, 2024).

O período curto de vida das organizações entrevistadas demonstrou como ONGs mais jovens pautam sua atuação nos moldes “mercadológicos” do terceiro setor, familiarizados com termos e técnicas. Contudo, além da clareza em “como se portar” no campo, tem consciência dos flagelos do setor. Ademais, possuem doações internacionais de valores expressivos desde sua fundação, o que revela o interesse externo no campo brasileiro, seja pelas causas sociais tão urgentes quanto a ambiental, por exemplo, como pelo potencial de alavancar o prestígio de institutos, empresas e pessoas, a partir da atuação em um território fértil para o desenvolvimento de práticas ESG (Environmental, Social, and Governance).

Destarte, os estudos de caso reforçam as discussões abordadas nos capítulos anteriores, ao passo que abarcam novas perspectivas acerca do cenário nacional e atual da filantropia. As respostas das entrevistas trouxeram surpresas positivas, a partir da constatação de relacionamento com financiadores que tem se atentado à importância de garantir a autonomia das entidades locais e da construção de parcerias baseadas no diálogo mútuo, que promovam a equidade, mentalidade que vem sendo conquistada, no âmbito internacional, a partir da luta das organizações financiadas, movimentos sociais e demais coalizões.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa investigou como a ajuda privada internacional impacta as ONGs que atuam em territórios vulneráveis, com foco na América Latina. Através de uma análise crítica e de uma abordagem decolonial, foi possível identificar as dinâmicas de poder e as relações de dependência que permeiam a economia da ajuda. O trabalho partiu da premissa de que a ajuda internacional privada, promovida por atores do Norte Global, muitas vezes reforça lógicas neoliberais e neocoloniais. O objetivo foi analisar como essas relações de financiamento influenciam a atuação das ONGs de base nas periferias globais, utilizando estudos de caso e entrevistas para fornecer uma visão empírica das questões teóricas discutidas. Durante as fases de construção e após finalizado, o trabalho reverbera algumas conclusões, que partem de distintas nuances e merecem ser destacadas.

Desde sua origem, ONGs latino-americanas têm profundas conexões transnacionais e as relações que constroem são uma de suas táticas para sobreviver às circunstâncias adversas que vivem. Ausentes não apenas de recursos financeiros, mas de apoio estratégico e operacional, veem o internacional como alternativa à falta de suporte público e privado no âmbito doméstico. Em alguns casos, buscar apoios e parcerias do exterior fazem parte de suas estratégias para sobrepujar processos violentos e ilegais que ocorrem em seus países.

A constatação da importância da filantropia como suporte à sustentabilidade, não altera as estruturas de desigualdade existentes. Contudo, não há como negar que, a partir de reivindicações e da luta social por uma filantropia decolonial, a necessidade de haver processos de escuta ativa passam a fazer parte dos principais debates e discussões atuais sobre o tema.

O terceiro setor é feito de pessoas. Ou seja, financiador e financiado são somente termos para designar aquele que tem acesso a dinheiro e aquele que não tem e, nesse sentido, seria impossível não explicitar a interseccionalidade do tema discutido, já que existe uma clara estrutura de poder entre os atores envolvidos que não se manifesta apenas em relação a classes sociais, mas também a gênero e raça. A medida em que as análises são aprofundadas, termos como ONGs e Institutos Filantrópicos tornem-se limitantes, dada a complexidade das interações e dos atores envolvidos; visto que pessoas físicas, coletivos, movimentos sociais e uma série de outros agentes difíceis de ser nomeados e categorizados, fazem parte dessas dinâmicas.

Os recursos estão localizados e têm circulação limitada. O dinheiro está no Norte Global, nas mãos de pessoas brancas e falantes da língua inglesa. Para realocá-los, na tentativa de amenizar abismos, também é essencial mudar quais pessoas são protagonistas no setor filantrópico. É preciso que as riquezas circulem em outras mãos e que pessoas e comunidades

marginais digam como esse processo deve acontecer, para que sua ação seja disruptiva e produtora de possibilidades de resistência, ao invés de reprodutoras de quadros de violência. Além do apoio financeiro, o suporte focado em conhecimento estratégico, técnico e acompanhamento de processos é vital para o desenvolvimento. Este tipo de apoio fomenta a capacitação de ONGs, fortalecendo sua gestão e promovendo autossuficiência.

As Relações Internacionais ainda têm muito a explorar sobre as dinâmicas do terceiro setor e as interações transnacionais, sendo fundamental abarcar abordagens mais inclusivas e críticas, que considerem a complexidade e a diversidade dos atores envolvidos. A necessidade de uma filantropia decolonial, que subverta as lógicas hegemônicas e promova a justiça social e a reparação, é evidente.

Sob uma ótica decolonial, ancorada a casos concretos sul-americanos e brasileiros, esta pesquisa contribui para a literatura, a partir de um cuidado de análises territoriais, sob a égide de discussões das RI que podem ser aplicadas a diferentes localidades, mas que se expressam globalmente a partir de suas particularidades.

REFERÊNCIAS

- AIDSESEP. Consejo Machiguenga del Río Urubamba. Disponível em: <https://aidesep.org.pe/regional/consejo-machiguenga-del-rio-urubamba/>. Acesso em: 7 jun. 2024.
- Ahmed, Shamima; Potter, David M. NGOs in International Politics. 2006.
- Anheier, Helmut K.; Leat, Diana. **Philanthropic Foundations: What Rationales?** *Social Research: An International Quarterly*, v. 80, n. 2, p. 449-472, 2013.
- Anheier, Helmut; Toepler, Stefan. **Philanthropic Foundations: An International Perspective.** *Administrative Science Quarterly*, [S.l.], v. 46, p. 3-23, 1999.
- Appé, Susan; Telch, Fabian. **Grassroots International NGOs: Using Comparative Interpretive Policy Analysis to Understand Meanings in Private Development Aid.** *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 2019.
- Aragão, Daniel. **O Controle Global da Solidariedade :transnacionalização e privatização na adaptação estratégica de ONGs britânicas no Brasil.** *Caderno CRH*, 2012.
- Becker, Bertha K. **Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica e seus financiadores internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns.** *Revista Pós Ciências Sociais*, 10(20), 133-152, 2013.
- Bird, Anne-Emanuelle. BIRN: **The Politics of Giving.** *Social Science & Medicine*, 61(10), 2071-2085, 2005.
- Bishop, Matthew; Green, Michael. **Philanthrocapitalism: How Giving Can Save the World.** 1. ed. Nova York: Bloomsbury Press, 2009. 320 p.
- BRITISH COUNCIL. About Us. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org/about-us>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- BUTHE, Tim; MAJOR, Solomon; SOUZA, André. **The Politics of Private Foreign Aid: Humanitarian Principles, Economic Development Objectives, and Organizational Interests in NGO Private Aid Allocation.** *International Organization*, 2023.
- Censo GIFE 2022-2023 [livro eletrônico]. Coordenação: Patrícia Kunrath Silva. São Paulo: GIFE, 2023. Disponível em: <URL>. Acesso em: 3 jun. 2024. ISBN 978-65-86701-27-2. DOI: 10.33816/978-65-86701-27-2.
- COMARU. Aliados. Disponível em: <https://comaru.org.pe/aliados/>. Acesso em: 7 jun. 2024.
- DEVELOPMENT INITIATIVES. Global Humanitarian Assistance Report, 2023. Capítulo 3. Figura 3.1: Channels of delivery of international humanitarian assistance from public donors, 2022 by first- and second-level recipients. Disponível em: <https://devinit.org/data/datasets/global-humanitarian-assistance-report-2023>. Acesso em: 15 mar. 2024.

Double the Donation. **Estatísticas de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos para potencializar resultados em 2024**. Disponível em: <https://doublethedonation.com/nonprofit-fundraising-statistics/>. Acesso em: 22 de abr. 2024.

EARLE, Lucy; PRATT, Brian. **Indigenous Social Movements and International NGOs in the Peruvian Amazon**. *Economic and Social Research Council (ESRC), Occasional Papers Series*, n. 49, março 2009.

Edwards, Michael. **Just Another Emperor? The Myths and Realities of Philanthropic Capitalism**. Nova York: Demos; Londres: The Young Foundation, 2008. 105 p. Gates Foundation. Recuperado de <https://www.gatesfoundation.org/>. 18 de novembro de 2023.

Eikenberry, Angela M. **Administrative Theory & Praxis** 33, no. 4 (2011): 633–39. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41427158>. Acesso em: 18 abr. de 2024.

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. **Haïti: l'invasion des ONG**. Montréal: Les Éditions du CIDIHCA, 1997.

Fernández, Blanca; Sepúlveda, Bastien. **Pueblos indígenas, saberes y descolonización: procesos interculturales en América Latina**. *Polis Revista Latinoamericana*, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/10323>. Acesso em: 22 abr. 2024

FREITAS, Fabricio. Entrevista sobre a atuação do Instituto Procomum e financiamento internacional privado. Realizada por Amanda Reis Rocha Oliveira. São Paulo, 2024.

FORD FOUNDATION. Ford Foundation in Brazil. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/ford-foundation-in-brazil/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

Gonçalves, Jéssica R. **Um Giro Decolonial na Filantropia e Investimento Social Privado para o Desenvolvimento Territorial em Comunidades de Vulnerabilidade Social na Zona Norte de São Paulo**. Monografia (Especialização em Gestão de Projetos Sociais em organizações do Terceiro Setor) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. 52 f.

HP. Digital Equity Accelerator. Disponível em: <https://www.hp.com/us-en/sustainable-impact/digital-equity/digital-accelerator.html>. Acesso em: 03 jun. 2024.

IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. O que são endowments? Disponível em: <https://www.idis.org.br/o-que-sao-endowments/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

INICIATIVA PIPA. **Periferias e Filantropia: As Barreiras de Acesso aos Recursos no Brasil** [livro eletrônico]. Coordenação Geral: Gelson Henrique. Coordenação da Pesquisa: Luana Braga Batista. 2023. Disponível em: <URL>. Acesso em: 7 jun. 2024.

INICIATIVA PIPA. Disponível em: <https://www.iniciativapipa.org/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

Instituto Beja; Oxygen. **Tendências para a Filantropia: um olhar para o futuro**. São Paulo, 2023.

INSTITUTO PROCOMUM. Quem somos. Disponível em: <https://www.procomum.org/>. Acesso em: 3 jun. 2024.

Jung, Tobias; Harrow, Jenny; Leat, Diana. **Mapping Philanthropic Foundations Characteristics Towards an International Integrative Framework of Foundation Types**. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 47, p. 893-917, 2018, p. 337-350.

Landim, Leilah; Thompson, Andrés. **Non-Governmental Organizations and Philanthropy in Latin America: An Overview**. *Voluntas*, 1997, p. 337-350.

Lastoria, Edmar. 25 fatos e estatísticas sobre ONGs ao redor do mundo. *PR Newswire*, 2023. Disponível em: <https://www.prnewswire.com/news-releases/25-fatos-e-estatisticas-sobre-ongs-ao-redor-do-mundo-por-edmar-lastoria-814455750.html>. Acesso em: 15 de abr. 2024.

NEXO JORNAL. Bioprospecção. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/glossario/2020/07/20/bioprospeccao>. Acesso em: 7 jun. 2024.

NGO Explorer. Região: América do Sul. Disponível em: <https://ngoexplorer.org/region/continent/south-america?filter-countries=D-10&filter-countries=D-42&filter-countries=D-44&filter-countries=D-30&filter-countries=D-162&filter-max-countries=50>. Acesso em: 19 abr. de 2024.

PORTICUS. About Us. Disponível em: <https://www.porticus.com/en/about-us>. Acesso em: 03 jun. 2024.

REPSOL. Camisea Project. Disponível em: <https://www.repsol.com/en/sustainability/sustainability-pillars/people/human-rights/business-relationships/camisea-project/index.cshtml>. Acesso em: 7 jun. 2024.

Sassen, Saskia. **Autoridade e Direitos: Da Medievalidade a Globalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Schuller, Mark. **“Invasion or Infusion? Understanding the Role of NGOs in Contemporary Haiti.”** *Journal of Haitian Studies*, 13(2), 96–119, 2007.

Sogge, David. Give and Take What's the Matter with Foreign Aid? *World Review*, 6, 28-31, 2004.

STIFFLER, Lisa. MacKenzie Scott issues \$640M in grants to 361 nonprofits through open call process. *GeekWire*, 2024. Disponível em: <https://www.geekwire.com/2024/mackenzie-scott-issues-640m-in-grants-to-361-nonprofits-through-open-call-process/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

TSUKUMO, Lia. Entrevista sobre a atuação da Associação Vaga Lume e financiamento internacional. Realizada por Amanda Reis Rocha Oliveira. São Paulo, 2024.

VAGA LUME. Sobre nós. Disponível em: <https://www.vagalume.org.br/>. Acesso em: 20 maio. 2024.

Villanueva, Edgar. **Decolonizing Wealth: Indigenous Wisdom to Heal Divides and Restore Balance**. 2. ed. Oakland: Berrett-Koehler Publishers, 2021. 272 p.

World Rainforest Movement. "Peru: Camisea gas project undermines the rights of indigenous peoples". Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/bulletin-articles/peru-camisea-gas-project-undermines-the-rights-of-indigenous-peoples> Acesso em 25 maio. 2024